

Por que confiar na polícia?

A confiança na polícia é um ponto central para o controle do crime ao longo do tempo. Mais que isso, é uma condição de avanço civilizatório de uma nação

Márcio Mattos

17 de março de 2020

DIVULGAÇÃO/PMESP



Soldado Edson Munis em ação nas ruas da cidade de Manduri, interior de São Paulo

Um vídeo de um policial militar viralizou na última semana, com mais de dois milhões de visualizações apenas no Facebook. Mas, desta vez, o que chamou a atenção foi algo inusitado: o soldado Edson Munis apareceu fardado andando de skate com jovens em Manduri, uma cidade no interior de São Paulo. Essa repercussão tem implicações diretas sobre políticas de segurança pública. De maneira objetiva, confiar nas polícias reduz crimes.

Polícias indicam a qualidade do sistema democrático de uma sociedade, sendo a atuação dos agentes da lei um dos melhores indicadores para comprovar isso. Segundo Herman Goldstein, criminologista que fez carreira na Universidade de Wisconsin, a habilidade das polícias em cumprir suas obrigações é um dos alicerces da sociedade livre. Prevenir a pilhagem de bens, facilitar o ir e vir, resolver conflitos, e garantir processos e direitos como a liberdade de expressão são algumas das garantias do contrato social defendidas pelas polícias. Mas o *como fazer* é importante. Não se trata de mero detalhe. Ser cortês durante uma abordagem pessoal ou se permitir ouvir versões das partes em uma ocorrência não são apenas formas de prestar serviços. São obrigações de quem serve ao público. Essa é uma lição a ser aprendida por policiais.

O cinismo legal é um conceito útil sobre a qualidade do trabalho das polícias e das demais agências do sistema de justiça criminal. O cinismo legal reflete o quanto as pessoas respeitam as normas e as leis e julgam que *podem contar* com a polícia. Pesquisas demonstram que comunidades com elevados índices de cinismo legal também concentram mais crimes.

E quando as pessoas perdem a confiança na polícia, tendem a resolver os problemas locais com suas próprias mãos. Ligar para o 190 deixa de ser uma opção nessas comunidades. O passo seguinte é uma escalada da violência sem que a polícia tenha dados precisos, pois não é chamada a atender ocorrências nessas vizinhanças. Logo, são formados territórios avessos à lei e a seus agentes, oportunidades em que outras formas de controle social surgem e ganham espaço e poder, como milícias e organizações criminosas.

As evidências sugerem que o oposto também é verdadeiro. Moradores de comunidades que acreditam *poder contar* com a polícia estão mais protegidos de crimes. Pesquisas revelam que nessas comunidades não apenas o cinismo legal é menor, como as pessoas também se sentem mais à vontade em interagir com os vizinhos e agir coletivamente. Em contextos de densa convivência social, as pessoas trocam informações, fazem favores mútuos e cuidam umas das outras. Isso ocorre em várias dimensões da vida e não apenas com a finalidade de controlar o crime. A partir desses laços sociais, as pessoas conseguem entrevistas de emprego, compartilham transporte e fazem companhia em deslocamentos, ajudam na supervisão de crianças e adolescentes e avisam em casos de pessoas suspeitas na vizinhança. Isso é chamado academicamente de eficácia coletiva, ou seja, quando os vizinhos sentem que podem confiar e contam uns com os outros para resolver problemas locais conjuntamente, inclusive conflitos e crimes.

A segurança pública depende tanto da comunidade engajada quanto do policiamento efetivo. Não há segurança pública sem as pessoas, o público. É necessário investir em estratégias de mobilização social e fortalecimento de vínculos comunitários como estratégias de segurança pública. São muitos os exemplos de programas de policiamento que aproximam a polícia e a comunidade, mitigando o cinismo legal. Redes de vizinhos seguros, bases de polícia comunitária, conselhos comunitários de segurança, visitas de acompanhamento pós-incidentes criminais, mediação policial, patrulha Maria da Penha são iniciativas conhecidas em diferentes regiões do país, como São Paulo, Maceió, Porto Alegre, Brasília, Manaus, Fortaleza, dentre outros.

Contudo, são ainda iniciativas encaradas como de menor valor na cultura policial. Não se enquadram como o “verdadeiro trabalho policial”. Os comentários no vídeo do soldado Edson Munis indicam a resistência de parte dos policiais. Os adjetivos pejorativos e preconceituosos sugerem resquícios de uma realidade organizacional obsoleta na maior parte das organizações policiais, ainda que a maioria dos comentários reconheça e incentive o policial militar.

Um passo necessário a políticas de prevenção nas organizações policiais é a sua institucionalização. Não podem ser meras iniciativas personalizadas e isoladas. Devem ser políticas que orientam o trabalho de todos os policiais, apesar de serem adotados procedimentos diferentes em circunstâncias específicas. A confiança no trabalho da polícia é necessária para a vida em sociedade. O quanto antes as polícias reconhecerem e assumirem essa necessidade, tanto melhor para todo mundo.

Afinal, não é o policial andando de skate que vai evitar crimes em uma comunidade. São os moradores de fato acreditarem que podem contar com a polícia, o que reduz o crime. Por si só, comunidades coesas e que confiem em suas polícias evitam crimes. Isso é especialmente verdade para adolescentes, faixa etária de maior risco de sofrerem e causarem violências letais. Por mais atitudes como a do soldado Edson Munis!

Marcio Mattos

Capitão da Polícia Militar do Distrito Federal, doutor em Sociologia e editor-chefe da Revista Ciência & Polícia

<https://backup.forumseguranca.org.br/multiplas-vozes/template-multiplas-vozes-t2mgr-o6zzn-zjjuh-hi3nj-iyxsx-vc35o-jes2f-p45gr-boopr-2ez42-baaej-o6q -7as9i>

